

AMBIENTES LIVRES DE FUMO

Leis antifumo beneficiam a economia

Permitir o fumo em ambientes de trabalho e locais públicos é um atraso para a economia. Isso impõe um pesado ônus financeiro, por meio de maiores gastos médicos, perda de produtividade em função de doenças, maiores prêmios de seguro, e maiores custos de limpeza e manutenção dos imóveis.¹

As leis antifumo reduzem a exposição ao fumo passivo e ajudam os fumantes a parar de fumar. Como resultado, as leis antifumo salvam vidas e reduzem gastos com a saúde e custos relacionados associados ao fumo em ambientes de trabalho e locais públicos.

A exposição ao fumo passivo impõe gastos médicos consideráveis

A implementação de leis antifumo ajuda a reduzir os gastos médicos associados à exposição ao fumo passivo.

- Nos Estados Unidos, a Sociedade de Atuários estima que quase US\$5 bilhões sejam gastos todos os anos com atendimento médico para doenças em não fumantes causadas pela exposição ao fumo passivo.²
- No Reino Unido, a exposição ao fumo passivo entre crianças custa pelo menos £9,7 milhões todos os anos em consultas médicas e tratamento de asma, £13,6 milhões em internações hospitalares e £4 milhões em medicamentos para asma para crianças com até 16 anos de idade.³
- Na Suíça, a exposição ao fumo passivo em locais públicos causa 32.000 dias evitáveis em hospital e 3.000 anos de vida perdida — correspondendo a custos médicos de CHF 330 milhões.⁴
- Em Hong Kong, a exposição ao fumo passivo custa estimadamente US\$156 milhões em custos médicos diretos, tratamento de longo prazo e perda de produtividade.⁵
- A lei estadual antifumo de Nova York foi associada a 3813 menos internações para infarto agudo do miocárdio em 2004, resultando em economias de US\$56 milhões em custos diretos de saúde.⁶

O fumo no ambiente de trabalho reduz a produtividade

Permitir o fumo em ambientes de trabalho leva a perda de produtividade entre funcionários fumantes.

- Na Suécia, um estudo revelou que os fumantes faltaram ao trabalho entre 7,7 e 10,7 dias a mais todos os anos que os não fumantes.⁷
- Na Escócia, uma pesquisa com 200 locais de trabalho calculou que as faltas entre os fumantes reduziam a produtividade em £40 milhões.⁸

- Uma análise da literatura disponível sobre intervalos entre funcionários fumantes revelou que estes fazem de 4 a 30 minutos a mais de intervalo todos os dias para fumar.⁹

O fumo no ambiente de trabalho resulta em custos adicionais para as empresas

Permitir o fumo em ambientes de trabalho leva a maiores gastos de manutenção e seguro.

- Nos Estados Unidos, estima-se que escritórios antifumo economizem \$728 a cada 100 metros quadrados em custos de manutenção.⁹
- A implementação de leis antifumo reduz o risco de incêndio e lesões acidentais,⁹ que podem reduzir os custos de seguros. Nos Estados Unidos, as empresas antifumo negociaram prêmios de seguro imobiliário e contra incêndios mais baixos, sendo que algumas conseguiram reduções de 25–30%.¹⁰

Leis antifumo não prejudicam a indústria de hospitalidade

A indústria do tabaco alega que leis antifumo têm um impacto negativo na indústria de hospitalidade (como restaurantes, bares, etc.). Estudos que avaliam o faturamento e o emprego na indústria da hospitalidade antes e depois de leis antifumo não mostram impactos econômicos negativos.

- A Agência Internacional para Pesquisa do Câncer da OMS revelou que “políticas antifumo não têm impacto econômico adverso na atividade comercial de restaurantes, bares ou estabelecimentos que atendem a turistas, e vários estudos apontam um pequeno efeito positivo dessas políticas.”¹¹
- Uma análise de 97 estudos sobre o impacto econômico de leis antifumo publicada em 2003 revelou que:

“Os melhores estudos relatam que não há nenhum impacto ou há impacto positivo das leis antifumo em bares e restaurantes sobre as vendas ou sobre os

*empregos. Políticos e legisladores podem agir para proteger clientes e funcionários contra as toxinas do fumo passivo e rejeitar com confiança alegações da indústria de que haverá um impacto adverso para a economia.*¹²

- Todos os estudos que relatam impactos negativos foram apoiados pela indústria do tabaco.¹²
- Uma revisão de 2005 de 115 estudos da Austrália, Canadá e Estados Unidos demonstrou que a “legislação antifumo não tem impacto negativo sobre as vendas, a rentabilidade, os lucros e a contratação em restaurantes, bares, hotéis e estabelecimentos para jogos no longo prazo.”¹³
- Durante o ano que se seguiu à implementação da lei antifumo na Cidade do México, não houve impacto negativo significativo sobre faturamento, salários e níveis de emprego em restaurantes, cases noturnas e bares. Na verdade, houve pequenos aumentos em salários e níveis de emprego em todos os lugares, e os restaurantes apresentaram um pequeno aumento de faturamento.¹⁴
- Na Argentina, um estudo das leis antifumo em Buenos Aires e quatro províncias mostrou que as leis não afetaram negativamente a rentabilidade de bares e restaurantes. No caso de Buenos Aires, há evidências de que as leis antifumo levaram a um aumento de 7–10% nas vendas de bares e restaurantes.¹⁵
- Nos Estados Unidos, estudos estaduais específicos não revelaram impactos negativos das leis antifumo em locais de hospitalidade.
 - No estado de Minnesota, não houve mudanças significativas no emprego em bares e restaurantes tanto em áreas rurais quanto urbanas após a implementação de leis antifumo.¹⁶
 - Dois anos depois que a lei antifumo entrou em vigor no estado de Washington, o faturamento com vendas foi US\$ 105,5 milhões mais alto que o esperado para os bares.¹⁷

- Apesar das preocupações de que a lei antifumo de 2004 da Nova Zelândia pudesse reduzir o turismo, o país viu um aumento de 1,5% no número de visitantes estrangeiros e um aumento de 3,3% nos gastos destes em 2005.¹⁸

Principais mensagens

- **A exposição ao fumo passivo aumenta os gastos médicos e de saúde.**
- **Leis antifumo podem ajudar as empresas a melhorar seus lucros, reduzindo custos associados à permissão do fumo.**
- **Leis antifumo não prejudicam a indústria da hospitalidade. Em alguns casos, as leis antifumo têm um impacto positivo na indústria da hospitalidade.**

(1) Ross H. Economics of smoke-free policies. In: Partnership TSE, editor. Smoke free Europe makes economic sense: A report on the economic aspects of smoke free policies. Belgium: The SmokeFree Europe Partnership, 2005:13-17. (2) Behan DF, Eriksen MP, Lin Y. Economic effects of environmental tobacco smoke. Schaumburg: Society of Actuaries, 2005. (3) Royal College of Physicians. Passive Smoking and Children: A report by the Tobacco Advisory Group of the Royal College of Physicians. London: Royal College of Physicians, 2010. (4) Hauri DD, Lieb CM, Rajkumar S, Kooijman C, Sommer HL, Roosli M. Direct health costs of environmental tobacco smoke exposure and indirect health benefits due to smoking ban introduction. Eur J Public Health 2010. (5) McGhee SM, Ho LM, Lapsley HM, Chau J, Cheung WL, Ho SY, et al. Cost of tobacco-related diseases, including passive smoking, in Hong Kong. Tob Control 2006;15(2):125-30. (6) Juster HR, Loomis BR, Hinman TM, Farrelly MC, Hyland A, Bauer UE, et al. Declines in hospital admissions for acute myocardial infarction in New York state after implementation of a comprehensive smoking ban. Am J Public Health 2007;97(11):2035-9. (7) Lundborg P. Does smoking increase sick leave? Evidence using register data on Swedish workers. Tob Control 2007;16(2):114-8. (8) Parrott S, Godfrey C, Raw M. Costs of employee smoking in the workplace in Scotland. Tob Control 2000;9(2):187-92. (9) Javitz HS, Zbikowski SM, Swan GE, Jack LM. Financial burden of tobacco use: an employer's perspective. Clin Occup Environ Med 2006;5(1):9-29, vii. (10) Centers for Disease Control and Prevention. Save lives, save money: Make your business smoke-free. Atlanta: U.S. Department of Health and Human Services, Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Chronic Disease Prevention and Health Promotion, Office on Smoking and Health, 2006. (11) World Health Organization International Agency for Research on Cancer. Evaluating the Effectiveness of Smoke-free Policies. IARC Handbook of Cancer Prevention. Lyon: WHO IARC, 2009. (12) Scollo M, Lal A, Hyland A, Glantz S. Review of the quality of studies on the economic effects of smoke-free policies on the hospitality industry. Tob Control 2003;12(1):13-20. (13) Luk R, Ferrence R. The economic impact of smoke-free legislation on the hospitality industry. Special Report Series. Toronto: Ontario Tobacco Research Unit, 2005. (14) Guerrero Lopez CM, Jimenez Ruiz JA, Reynales Sigmatsu LM, Waters HR. The economic impact of Mexico City's smoke-free law. Tob Control 2011;Published online first. (15) Gonzalez-Rozada M, Molinari M, Virgolini M. The economic impact of smoke-free laws on sales in bars and restaurants in Argentina. CVD Prevention and Control 2008;3(4):197-203. (16) Klein EG, Forster JL, Erickson DJ, Lytle LA, Schillo B. Economic effects of clean indoor air policies on bar and restaurant employment in Minneapolis and St Paul, Minnesota. J Public Health Manag Pract 2010;16(4):285-93. (17) Boles M, Dilley J, Maher JE, Boysun MJ, Reid T. Smoke-free law associated with higher-than-expected taxable retail sales for bars and taverns in Washington State. Prev Chronic Dis 2010;7(4):A79. (18) Edwards R, Thomson G, Wilson N, Waa A, Bullen C, O'Dea D, et al. After the smoke has cleared: evaluation of the impact of a new national smoke-free law in New Zealand. Tob Control 2008;17(1):e2.